

AS MOVÊNCIAS DOS SENTIDOS: UM ESTUDO DE ENUNCIADOS SOBRE O PROFESSOR BRASILEIRO

Odália Bispo de Souza e SILVA
Kátia Menezes de SOUSA

Universidade Federal de Goiás
odaliabispo@yahoo.com.br
km-sousa@uol.com.br

Resumo: Este artigo objetiva propor uma reflexão acerca dos ditos sobre o professor e da forma como ele tem sido vislumbrado nas diferentes esferas sociais. Utilizaremos como material de análise alguns excertos veiculados no jornal Folha de São Paulo, dos primeiros anos da década de 1960 e o verbete professor materializado no *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*, publicado em 1964. Para a constituição da fundamentação teórica, lançamos mão de postulados de Michel Foucault, um dos mais importantes filósofos da modernidade, a fim de ressaltar que ao tratamos dos discursos sobre o professor, colocaremos em evidência as diversas nuances que envolvem a construção das práticas discursivas. Realizaremos uma análise descritiva de alguns fragmentos discursivos enunciados acerca do professor brasileiro, procurando reconhecer que essa profissão tem sido submetida a diferentes concepções, conforme as mudanças que ocorrem nas esferas social, histórica e ideológica de nossa sociedade. Considera-se que, se há mudanças nas práticas sociais, há transformações nos dizeres acerca dessa profissão, o que permite pensar que os atos de linguagem, que manifestam os valores de uma sociedade, são historicizados e movem-se conforme dispositivos sócio-culturais.

Palavras-chave: Professor; História; Sentido.

Tendo em vista as mudanças sócio-históricas e, por conseguinte, as alterações na maneira de compreender a sociedade, os indivíduos e suas respectivas ações, propomos, neste artigo, apresentar uma descrição, a partir da análise de discursos sobre o *professor*¹, considerado aqui como um dos mais importantes agentes sociais e responsável por incutir no outro – o aluno – formas de pensamento diversas, novas atitudes, além de sua tarefa principal que é proporcionar-lhe o aprendizado de conceitos. Compreendemos que essa profissão, assim como várias outras, tem sido ressignificada e isso comparece nos dizeres provenientes de variados lugares. Desse modo, estabelecemos um

¹ Em função do espaço e dos objetivos deste trabalho, utilizaremos alguns dados, selecionados de forma aleatória, do início da década de 1960, divulgados pela Folha de São Paulo e materializados em um dos mais importantes dicionários publicados nesse período.

recorte de enunciados sobre o *professor*, veiculados pelo jornal *Folha de São Paulo* (arquivo digital) e materializados no *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* (1964), a fim de analisar os significados que essa profissão adquiriu durante esse período. É evidente que a proposta aqui implementada não consiste em dizer verdades oficiais, mas sim nos colocar na condição de pesquisador que observa um determinado ponto em uma rede e submete seus dados às teorias que julga apropriada para uma dada descrição teórico-analítica.

Considerando-se a perspectiva discursiva dos enunciados em torno de *professor* e considerando-se seus aspectos histórico-sociais, esta pesquisa possui como objetivo central descrever e analisar as determinações sócio-históricas que compõem na constituição dos enunciados acerca da profissão *professor*. Além disso, objetiva-se ainda promover uma descrição das alterações semânticas ocorridas nos discursos sobre *professor*, conforme as mudanças na instauração de enunciados diversos em importantes instituições da sociedade, tais como na escola, na igreja, na política, etc; analisar o modo como as relações de poder e saber, que funcionam como dispositivos historicamente constituídos, compõem nos discursos sobre *professor*. O alcance de tais objetivos será pautado na tentativa de, com base no referencial teórico descrito a seguir e na análise dos dados, responder a perguntas como: Que aspectos podem ser destacados nos enunciados sobre *professor* como resultantes de determinações sociais e históricas? Que saberes compõem e determinam o jogo de relações efetuado pelos discursos e que lhes autorizam a dizer certas coisas em certos momentos? De que forma os discursos produzidos na escola, na igreja, no cenário político nacional, etc interferem na construção dos sentidos veiculados pelos discursos produzidos sobre *professor* no *corpus* selecionado?

Para dar sustentação teórica ao que estamos nos propondo a analisar e, buscando responder às perguntas supracitadas, este estudo possui como sustentação alguns postulados de Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* (2008) sobre como se constitui a história, as sociedades e os sujeitos. Nesse caso, buscamos estabelecer uma relação entre a forma como Foucault propõe que se faça análise do sujeito e dos enunciados e como os dizeres sobre o *professor* compõem materializados em meios de comunicação importantes para a sociedade brasileira.

Tendo em vista que o dicionário, ocupando uma posição de obra de referência, configura-se como um lugar privilegiado de sustentação das evidências do sentido, pode-se propor que ele funciona como um “respeitado” instrumento de materialização e legitimação dos discursos. Neste estudo, destacaremos, conforme expresso anteriormente, o enunciado lexicográfico *professor* extraído do *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa - PDBLP* (1964), partindo do princípio de que se constitui como acontecimento discursivo, construído a partir de um conjunto de regras que compõem a condição de emergência de um dado discurso, condicionado por regras que lhe são internas e também por elementos não discursivos. Logo, “um mesmo acontecimento pode ser disperso por várias tramas e, ao mesmo tempo, dados pertencentes a categorias heterogêneas – o social, o político, o religioso... – podem compor um mesmo acontecimento”. (VEYNE, 1998, p. 44).

Visto dessa forma, não se pode considerar as palavras dicionarizadas como elementos estanques, nem a língua que o dicionário representa como um instrumento neutro, desvinculado do sujeito que a enuncia. Isto é, o enunciado lexicográfico contempla a noção de acontecimento discursivo e pressupõe a relação entre os dizeres que, no entrelaçamento que os caracteriza, promovem rupturas e viabilizam sentidos a partir das possibilidades enunciativas que os encerra.

1. Sobre a Metodologia

Embora consciente de que a pesquisa seja um trabalho sempre em processo, sem garantias de controles exatos ou previsibilidade, podemos afirmar que adotar uma dada metodologia significa escolher um percurso que, muitas vezes, necessita ser reinventado a cada etapa. Neste estudo, os procedimentos metodológicos adotados centram-se na pesquisa de cunho qualitativo e documental. É considerada qualitativa tendo em vista que, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos pré-construídos, procura-se desenvolver conceitos, ideias e interpretações a partir de padrões encontrados nos dados e as hipóteses de investigação são levantadas em momento posterior à observação do fenômeno. Segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 17),

a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. [...] os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance.

Convém ressaltar que o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial por parte do pesquisador, trazendo como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de caráter racional e intuitivo capazes de contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno.

Dentre as diferentes possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa, este artigo caracteriza-se, também, como uma pesquisa documental, uma vez que é constituído pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento específico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (nesse caso, a análise de enunciados que remetem à figura do *professor*), com vistas a uma interpretação nova ou ampliada. O documento, por sua vez, consiste em toda fonte de informação verídica que pode servir para consulta. Segundo Figueiredo (2007 apud SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5), os documentos, que podem ser de formatos diversos, “são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar questões e servir de provas para outras, de acordo com o interesse do pesquisador”. A riqueza de informações que esses documentos oferecem possibilita a ampliação do entendimento do objeto investigado, cujo trabalho será desenvolvido por meio de análise e síntese. Conforme já expresso neste texto, descrevermos

fragmentos de reportagens e analisaremos um verbete de dicionário, que se constituem como documentos.

2. Sujeito, Sentido e História: os emaranhados de uma rede

Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault afirma que “não há enunciados livres, neutros ou independentes” (p. 112), haja vista que eles fazem parte de um conjunto ou rede, desempenhando determinados papéis e integrando-se a um jogo enunciativo. Nessa perspectiva, existem *a priori* históricos² que constituem aquilo que autoriza campos de saber diversos e que viabilizam a emergência de certos discursos sustentados e reconhecidos como verdadeiros. Os discursos, por sua vez, constituem-se como regularidade, como prática que se dá numa certa disposição, produzidos conforme determinadas regras de formação, isto é, regras que comportam os objetos, os conceitos, as modalidades de enunciação e as escolhas temáticas. (FOUCAULT, 2008a, p. 43). Tais elementos condicionam a existência, a manutenção, a modificação e o desaparecimento de determinados discursos, daí a importância de se colocar em evidência as relações discursivas que se instauram no momento mesmo da sua emergência. Essas relações estão, conforme Foucault (2008a, p. 51), “de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes, determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos [...]”.

Assumir o discurso como sendo situado num jogo de enunciados possíveis em dada rede é vê-lo na perspectiva de acontecimento discursivo. Logo, emerge a necessidade de determinar as suas condições de existência, reconhecer seus limites e estabelecer correlações com outros enunciados aos quais ele eventualmente possa estar vinculado, evidenciando, portanto, que outras formas de enunciação ele exclui. O que é enunciado em uma dada manifestação discursiva representa conjuntos discursivos que apenas teriam permanecido implícitos, não sendo, entretanto, inteiramente novos, uma vez que há um número de relações que podem ser determinadas a partir de sua irrupção.

Apresentamos, a seguir, um trecho do pronunciamento do então governador de São Paulo Ademar de Barros, extraído do jornal Folha de São Paulo, publicado em 15 de outubro de 1963. Nesse texto, o governador presta homenagem aos professores da rede estadual de ensino, em comemoração ao Dia do Professor. O fragmento destacado constitui-se como parte de uma reportagem que noticiava a greve dos professores por aumento salarial e por melhores condições de trabalho.

Ao esclarecido professorado de S. Paulo – a quem o Estado e o país devem os mais assinalados serviços na formação da nossa infância e juventude, e na **defesa de nossas instituições democráticas e tradições cristãs** – As minhas saudações mais afetuosas no Dia do

² Aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro. (FOUCAULT, 1990, p. 173)

Professor. Abraço ao professor paulista nesta data tão expressiva, **certo de que cumprirá a sua missão**, confiante na ação do governo e **oferecendo assim o exemplo de equilíbrio que a cultura lhe empresta** para que de nosso diálogo se beneficie a nobre classe, o nosso povo e o poder constituído, a bem da continuidade democrática de São Paulo. (Folha de São Paulo, 15 de outubro de 1963, 1º caderno, p. 26) (Grifos nossos)

Na mesma reportagem, destacamos também o discurso da UPES – União Paulista dos Estudantes Secundários – que, apoiando a greve dos professores, expressa sua gratidão ao professor paulista em comemoração ao Dia do Professor.

Prestar ao professor – ao mestre – a maior homenagem que lhe poderia tributar, no momento: oferecer o mais irrestrito apoio da classe estudantil ao movimento justo empreendido pelo magistério paulista e exige do governo do estado o rápido atendimento das reivindicações apresentadas. A UPES em nome dos estudantes paulistas presta sua homenagem ao **mestre que dedica sua vida e trabalho buscando uma recompensa espiritual**, nem sempre alcançada: àquele que luta pela melhoria de suas condições, até hoje, infra-humanas, porém, que **se dedica e oferece seu amor a nós, seus segundos filhos**. (UPES – União Paulista dos Estudantes Secundários. Folha de São Paulo, 15 de outubro de 1963, 1º caderno, p. 26) (Grifos nossos)

Na perspectiva foucaultiana, tomar o discurso como acontecimento enunciativo é reconhecer que ele não é independente, nem solitário, nem soberano. Nesse caso, o discurso pode se articular com acontecimentos que não são, necessariamente, de natureza discursiva, “mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política” (FOUCAULT, 2008a. p. 94). Logo, há um jogo de relações que emanam do campo dos acontecimentos discursivos. Podemos, então, descrever tais jogos de relações, considerando, evidentemente, um conjunto de condições nas quais está inserido o sujeito enunciador e que tornam possíveis e valorativos determinados acontecimentos discursivos em uma dada cultura. Isto é, as condições de produção e recepção de um dado discurso.

Visto dessa forma, tomamos os pronunciamentos supracitados como acontecimentos discursivos. Embora os sujeitos desses enunciados pertençam a lugares sociais distintos – governador é diferente de aluno universitário – os elementos imbricados nesses discursos parecem remeter a uma mesma esfera de significados. Isto é, consideramos que os dizeres são historicizados e, ao serem enunciados, não escapam a essa determinação histórica. Há, nesses discursos, traços de que os seus respectivos sujeitos já possuem determinado o que pode ser dito sobre o professor, em decorrência dos valores sociais e políticos inerentes a esse momento histórico específico. O Brasil, nesse ano especificamente, vivencia o último ano do governo democrático de Ferreira Goulart. No ano seguinte, 1964, os militares depuseram o então presidente da república o que culminou, conforme se sabe a partir dos contundentes relatos históricos, no início de um intenso período de ditadura militar.

Tendo em vista que a escola, sobretudo a escola pública, se constitui como um *lócus* fundamental no qual se operam as diretrizes e os modelos educacionais para efetivação dos discursos de poder, pode-se inferir que os

enunciados aqui retomados reproduzem uma concepção de educação, de ensino e, por conseguinte, de professor em consonância com as determinações políticas, sociais e históricas impostas e essa sociedade, nesse recorte histórico.

Tomando-se, por exemplo, os trechos “[...] **defesa de nossas instituições democráticas e tradições cristãs**”; “[...] **certo de que cumprirá a sua missão**” – extraído do pronunciamento do governador; “[...] **mestre que dedica sua vida e trabalho buscando uma recompensa espiritual**”; “[...] **se dedica e oferece seu amor a nós, seus segundos filhos**” – extraído do discurso do representante da UPES, utilizados para enaltecer a figura do professor, verifica-se que há uma concepção bastante evidente do papel do sujeito professor nessa sociedade: exerce a profissão como um sacerdócio, espera a recompensa de Deus, concebe os alunos como filhos etc.

Embora o sentido de um enunciado decorra da possibilidade de que ele seja substituído por enunciados equivalentes na mesma formação discursiva³, os efeitos de sentido provocados não serão necessariamente os mesmos, haja vista que cada enunciação está submetida a uma condição de produção específica. Fernandes (2007, p. 58/59) afirma que uma formação discursiva não se limita a uma época apenas: “em seu interior, encontramos elementos que tiveram existência em diferentes espaços sociais, em outros momentos históricos, mas que se fazem presentes sob novas condições de produção, [...] possibilitando outros efeitos de sentido”. Considerando-se as movências dos sentidos e o fato de que os enunciados sempre se inscrevem num jogo de relações pautadas em elementos sociais, ideológicos e históricos determinantes, podemos ressaltar que, de acordo com o modo como as sociedades vão construindo suas subjetividades, analisamos os discursos, bem como as práticas de subjetivação que são exercidas nas mais diferentes esferas da sociedade.

Além disso, já que partimos do pressuposto de que os enunciados lexicográficos assumem características discursivas (e não palavras isoladas em poças de água parálitica, “em situação dicionária”, como resalta João Cabral de Melo Neto na poesia *Rio sem discurso*) e os discursos estão sempre se movendo, sofrendo transformações para acompanhar as mudanças sócio-políticas que integram a vida humana, então, “cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos; por isso, não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno vôo”. (GREGOLIN, 2001, p. 10). Nessa perspectiva, examinamos o conjunto de condições que determinam a aparição de certos enunciados, sua estabilização, seu caráter “de verdade”, surgindo em um dado momento e em uma sociedade específica, ou seja, “o jogo das regras que determinam, em uma cultura, a aparição e o desaparecimento dos enunciados,

³ Apesar de Jacques Guilhaumou (2007) afirmar que esse termo caiu em desuso, consideramos tal noção fundamental para o que se propõe neste estudo. “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*”. (FOUCAULT, 2008a, p. 43).

sua permanência e sua supressão, sua existência paradoxal de acontecimento”. (GREGOLIN, 2001, p. 16).

Tal como ressaltamos nos discursos mencionados anteriormente, o enunciado lexicográfico ao lado, extraído do *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa* (1964), constituindo-se como um acontecimento discursivo, reflete as possibilidades enunciativas para a cristalização do significado dessa profissão. Observa-se

Professor (ô), s. m. Aquêlê que *professa* ou ensina uma ciência, uma arte; mestre; (fig.) homem perito ou adestrado; o que *professa* públicamente as verdades religiosas. (Flex.: *professôra, professôres, professôras*. Cf. *professoras, professora* e *professores*, do v. *professorar*.)

Professôra, s. f. Mulher que ensina ou que exerce o *professorado*; mestra. (Pl.: *professôras*. Cf. *professora* e *professoras*, do v. *professorar*.)

que os sentidos são diferentes conforme as diferentes formações discursivas, uma vez existem determinações, características múltiplas de uma situação concreta, que condicionam a produção de um enunciado e que permeiam um processo discursivo. Dessa forma, o cruzamento de dizeres, provenientes das variadas esferas sociais, compõe o caráter interdiscursivo do verbete. O trecho **o que professa publicamente as verdades religiosas** corrobora a compreensão de que os enunciados, mesmo os lexicográficos, não podem ser considerados livres e nem isolados, pois estão imersos em uma rede, na qual é possível identificar a presença de outros enunciados. Nesse caso, o discurso religioso atravessa o científico. Compreende-se que, tomado numa perspectiva discursiva, os significados que emergem do enunciado lexicográfico não são fixos, isto é, movem-se, sofrendo transformações de natureza social, histórica e política.

A partir da observação desse verbete, destacamos também uma particularidade no registro da entrada **professor** inerente ao fato de que, embora seja característica dos dicionários registrar apenas os termos no singular e no masculino, isto é, não apresentam a flexão, nesse caso comparece o registro do feminino **professora**. Consideramos que a entrada desse termo com sua respectiva flexão de gênero indica a força da feminização da profissão durante esse período.

De acordo com Enguita (1991, p. 42),

O aumento proporcional da presença das mulheres no professorado tem sido espetacular e praticamente constante ao longo do tempo, muito acima de sua presença média na população ativa do país. Em 1957, as mulheres já eram 62, 37% dos professores da escola primária; se nos fixarmos nos subgrupos do sistema atual mais assimiláveis àqueles vemos que hoje representam 85,91% do professorado do ciclo inicial e 68,14% do ciclo médio de E. G. B.

Com base nisso, ressaltamos que o discurso veiculado pelo dicionário está inserido em uma rede que envolve, por um lado, o quadro das instituições em que é produzido, as quais possuem o poder de delimitá-lo, bem como os embates históricos e sociais que se cristalizam na sua materialização e, por outro lado, o espaço que cada discurso configura para si mesmo no interior de

uma rede discursiva. O efeito de sentido provocado por essa teia discursiva é resultante de um embate que se trava na trama da história de uma sociedade, uma vez que o discurso enunciado constitui-se como o espaço de confrontos materializados em acontecimentos discursivos e a produção dos sentidos construídos nesse viés é resultante do embate discursivo que se estabelece na teia que mantêm imbricadas história e sociedade, em uma lógica na qual perpassam as mentalidades de uma época e as influências que monitoram o pensamento e as formas de dizer daquele que enuncia. Grigoletto afirma que “os lugares discursivos são construídos pelo sujeito na sua relação com a língua e a história. Mas essa discursivização só acontece porque há uma determinação da formação social que institui determinados lugares [...]” (2007, p. 129).

Além disso, ressaltamos, conforme Araújo (2004, p. 220) que:

os enunciados são de natureza histórica, têm na história suas condições de emergência, que a língua e o sentido não esgotam. São produzidos por um dizer ou uma escrita registrados de alguma forma, portanto, com a materialidade específica, de tal modo que, apesar de únicos, podem ser repetidos, transformados, reativados. O que permite ligações com acontecimentos de outra ordem, quais sejam, fatores técnicos, econômicos, sociais e políticos.

Logo, são os elementos, as figuras, as temáticas dos quais se utiliza o enunciador que produzirão efeitos de sentido elucidados no próprio discurso e que se configuram como sua respectiva visão de mundo. E, portanto, estabelecer sentido aos respectivos discursos, isto é, compreendê-los significa apreender as suas várias possibilidades, estabelecendo relações (que produzem efeitos de sentido) com os diferentes processos de significação. Então, o ato de compreender não consiste necessariamente em atribuir sentidos, mas explicitar o modo como determinada manifestação discursiva produz sentidos.

Por fim, destacamos ainda que, em *A ordem do discurso* – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970, Michel Foucault apresenta uma análise acerca dos mecanismos de controle dos discursos que, de certa forma, delimitam as possibilidades enunciativas em cada época, em cada sociedade. Assim, todo discurso é controlado, perpassado por formas de poder e de repressão e, por conseguinte, nem tudo pode ser dito por qualquer pessoa, em qualquer lugar e circunstância.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2009, p. 8-9)

Em cada parte deste trabalho, Foucault apresenta um diferente procedimento que permite o controle dos discursos, os quais passam por formas como: a interdição que limita a enunciação do discurso, a temática apropriada para cada circunstância enunciativa, o valor de verdade, historicamente situado de cada discurso, a autoria etc. Portanto, existe, nessa perspectiva, incisivos mecanismos de controle dos enunciados discursivos,

permitindo ao analista reconhecer os modos de enunciação e os aspectos repressores e controladores que são colocados em jogo no exato momento da enunciação.

3. Considerações finais

Somente em decorrência de se tomar os enunciados na sua condição de acontecimento torna-se possível viabilizar análises que permitam explicitar a relação entre sujeito e história que comparece na emergência da enunciação. Independentemente do gênero discursivo e do suporte no qual o discurso é veiculado, são evidentes as determinações que direcionam o comparecimento de certos dizeres em dada época e em determinados lugares. Isto é, a cultura, os modos de produção e economia, os hábitos, a política, a igreja etc. influenciam não só na construção de valores sociais, mas também na construção de verdades e práticas. Assim, os enunciados, mesmo os lexicográficos onde é possível reconhecer os modos de dizer de uma sociedade e os discursos que circulam em certas conjunturas históricas, não podem ser tomados como possuidores de sentidos neutros, nem se deve desconsiderar a existência de condições específicas de sua produção e as circunstâncias de sua enunciação.

Esperamos, por conseguinte, com esta rápida análise, evidenciando o fato de que os dizeres são semantizados em conformidades com elementos que escapam ao limite daquilo que está sendo materializado, contribuir para uma reflexão acerca do caráter discursivo dos enunciados, especificamente dos dizeres sobre o *professor*.

4. Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica ao sujeito*. 2 ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATARI, Félix. *O que é filosofia?* Tradução: Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. (p. 8 – 15).

ENQUITA, Mariano F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. IN: *Teoria e Educação*. Porto Alegre. Pannonica, nº 4, p. 41-46, 1991.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução: Márcio A. da Fonseca e Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (p. 479 – 499).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKI, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Análise do Discurso: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007. (p. 123-134)

IMBERNÓN, F. *A Educação no século XXI: Os desafios do futuro imediato*. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

NETO, João Cabral de Melo. Rios sem discurso. Disponível em <http://leiovejoeescuto.blogspot.com.br/2012/02/joao-cabral-de-melo-rios-sem.html>. Acesso em 10/03/2013

POURTOIS, Jean Pierre. *A Educação Pós-Moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

WERNECK, Vera. *Educação e Sensibilidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.